

Os latinos querem partilhar o custo da dívida com os credores

por Norton Godoy
de Brasília

A reunião dos governos devedores latino-americanos não produzirá propostas concretas de renegociação de suas dívidas. Os chanceleres e ministros das Finanças destes países elaborarão, isto sim, uma declaração política e/ou um plano de ação coordenada entre seus governos vis-à-vis os governos credores. Deverá ser um documento declaratório que constituirá um conjunto equilibrado de compromissos e medidas, tanto no que diz respeito à sua formulação quanto à aplicação prática.

As autoridades latino-americanas que se deverão reunir nos dias 14 e 15 de junho próximos, em local ainda a ser definido, trabalharão em cima do que foi alcançado na conferência econômica latino-americana de Quito, realizada em janeiro deste ano. A partir daí, as discussões ficarão mais restritas à questão básica da dívida externa, na tentativa de aperfeiçoar o sistema de consultas entre os bancos centrais destes países, iniciado após a conferência de Quito.

PREPARAÇÃO

Ainda resta muito a ser tratado entre as chancelarias latino-americanas até o dia da reunião. De acordo com o que disse a este jornal, na sexta-feira, o secretário de Relações Econômicas Internacionais do governo argentino, Jorge Romero, tudo evoluirá lenta-

mente até o regresso da cúpula do governo brasileiro que está no exterior. Isso porque, explicou, os entendimentos por telefone ficam mais difíceis quando quem decide está envolvido com o protocolo de uma visita oficial — como é o caso das visitas do presidente Figueiredo ao Japão e à China que terminam no dia 30 de maio.

A responsabilidade sobre a dívida externa deve ser compartilhada tanto pelos países devedores quanto pelos credores. Essa palavra de ordem, já manifestada anteriormente, leva as fontes brasileira, argentina e mexicana, consultadas por este jornal, a apostar num resultado praticamente político da próxima reunião de devedores. O tom político deste encontro, segundo a fonte brasileira, espelhará o que vier a ser o resultado da reunião dos governantes das sete potências — EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha Federal, Itália, Japão e Canadá — marcada oficialmente para o dia 7 de junho, ou seja, uma semana antes da reunião dos latino-americanos.

PONTO BÁSICO

Um dos pontos fundamentais a ser reiterado neste próximo encontro dos devedores será de que a recessão econômica regional, com a permanência de fatores externos adversos, torna imperativo que qualquer negociação de dívida externa deve conciliar as exigências de seu serviço com as necessidades de desenvolvimento de cada país. Entenda-se: necessidades do serviço da dívida como prazos de carência, juros, spreads e comissões, além dos ajustamentos econômicos impostos pelos programas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Se vingar a idéia de uma declaração conjunta, se fará menção a estes componentes do serviço da dívida, sem, no entanto, registrar índices específicos. Já o plano de ação será mais ambicioso, contendo critérios básicos a serem seguidos por cada devedor. Um

deles será de que as renegociações da dívida externa não devem comprometer ingressos de capitais provenientes de exportações além de percentagem razoável, compatível com a manutenção de níveis adequados de atividade produtiva interna.

Outro poderia ser a solicitação de novos Direitos Especiais de Saque (DES) a serem emitidos pelo FMI, compatíveis com as necessidades de liquidez internacional, bem como a transformação dos DES em principal ativo de reserva. Uma outra solicitação ao FMI, mais geral, seria de que esta instituição exerça efetivamente suas funções

de vigilância sobre as políticas econômicas dos países industrializados, para possibilitar uma maior coordenação destas políticas, a fim de assegurar que o processo de ajuste seja equitativo.

Esta última consideração poderá levar em conta a afirmação contida na primeira nota emitida pelo governo brasileiro após sucessivos aumentos na taxa de juros nos EUA: a de que em suas decisões de política econômica, os governos dos países credores levam em conta as repercussões, por vezes graves, que elas podem acarretar para os países endividados e os meios de atenuá-las.